

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02199-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL AUTOPISTA LITORAL SUL S/A	3 - CNPJ 09.313.969/0001-97
4 - NIRE 42.3000.32107		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Ministro Calógeras, 343 - 4º Andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Bucarein	
3 - CEP 89202-207	4 - MUNICÍPIO Joinville		5 - UF SC
6 - DDD 47	7 - TELEFONE 3177-0700	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX			
11 - DDD 47	12 - FAX 3177-0700	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL autopistalitoralsul@autopistalitoralsul.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Francisco Leonardo Moura da Costa			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Joaquim Floriano, 913 - 6 andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Itaim Bibi	
4 - CEP 04534-013	5 - MUNICÍPIO São Paulo		6 - UF SP
7 - DDD 11	8 - TELEFONE 3074-2404	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX			
12 - DDD 11	13 - FAX 3074-2405	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL dri@autopistalitoralsul.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	1	01/01/2010	31/03/2010	4	01/10/2009	31/12/2009
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes					10 - CÓDIGO CVM 00385-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Walter Dalsasso					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 531.252.408-59		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02199-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL AUTOPISTA LITORAL SUL S/A	3 - CNPJ 09.313.969/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	51.001	51.001	51.001
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	51.001	51.001	51.001
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Nacional Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1140 - Serviços Transporte e Logística
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Concessionária de Rodovias
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 03/06/2011	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02199-7	AUTOPISTA LITORAL SUL S/A	09.313.969/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	322.369	310.126
1.01	Ativo Circulante	31.099	32.911
1.01.01	Disponibilidades	23.646	27.296
1.01.01.01	Caixa e Bancos	2.223	1.721
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	21.423	25.575
1.01.02	Créditos	4.950	4.089
1.01.02.01	Clientes	4.592	4.042
1.01.02.02	Créditos Diversos	358	47
1.01.02.02.01	Contas a Receber Sociedades Ligadas	358	47
1.01.03	Estoques	288	366
1.01.04	Outros	2.215	1.160
1.01.04.01	Despesas Antecipadas	1.568	332
1.01.04.02	IR e CS Diferidos	0	0
1.01.04.03	Impostos a Recuperar	633	806
1.01.04.04	Adiantamento de Projetos	0	0
1.01.04.05	Outros Créditos	14	22
1.02	Ativo Não Circulante	291.270	277.215
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	493	663
1.02.01.01	Créditos Diversos	3	3
1.02.01.01.01	Depósitos Judiciais	3	3
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	490	660
1.02.01.03.01	IR e CS Diferidos	490	660
1.02.02	Ativo Permanente	290.777	276.552
1.02.02.01	Investimentos	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	602	539
1.02.02.03	Intangível	265.395	250.546
1.02.02.04	Diferido	24.780	25.467

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02199-7	AUTOPISTA LITORAL SUL S/A	09.313.969/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	322.369	310.126
2.01	Passivo Circulante	182.902	27.478
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	153.769	2.295
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	6.795	6.316
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	3.824	3.318
2.01.04.01	Obrigações Sociais	1.992	1.738
2.01.04.02	Obrigações Fiscais	1.832	1.580
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	104	49
2.01.06.01	Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	0	0
2.01.06.02	Provisões para Manutenção	0	0
2.01.06.03	Provisões para Investimentos	104	49
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	5.711	4.327
2.01.08	Outros	12.699	11.173
2.01.08.01	Taxa de Fiscalização pela Concessão	643	583
2.01.08.02	Cauções Contratuais	3.248	3.271
2.01.08.03	Outras Contas a Pagar	2.317	584
2.01.08.04	Fornecedores Sociedades Ligadas	3.491	3.735
2.01.08.05	IR & CS Diferido	0	0
2.01.08.06	Adiantamento de Seguros	3.000	3.000
2.02	Passivo Não Circulante	96.090	241.863
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	96.090	241.863
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.376	150.494
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	25.714	24.369
2.02.01.03.01	Provisão para Manutenção	3.192	2.063
2.02.01.03.02	Provisão para Investimentos	22.522	22.306
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	67.000	67.000
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0
2.02.01.06.01	Credores pela Concessão	0	0
2.02.01.06.02	Receita Diferida	0	0
2.02.01.06.03	IR & CS Diferidos	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	43.377	40.785
2.05.01	Capital Social Realizado	51.001	51.001
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02199-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL AUTOPISTA LITORAL SUL S/A	3 - CNPJ 09.313.969/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2010	4 -31/12/2009
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(7.624)	(10.216)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02199-7	AUTOPISTA LITORAL SUL S/A	09.313.969/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	46.341	46.341	54.982	54.982
3.01.01	Receitas de Pedágio	30.738	30.738	4.351	4.351
3.01.02	Receitas de Construção	15.603	15.603	50.631	50.631
3.02	Deduções da Receita Bruta	(2.550)	(2.550)	(347)	(347)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	43.791	43.791	54.635	54.635
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(33.498)	(33.498)	(62.175)	(62.175)
3.04.01	Custo dos Serviços Prestados	(16.820)	(16.820)	(11.434)	(11.434)
3.04.02	Custo de Construção	(15.603)	(15.603)	(50.631)	(50.631)
3.04.03	Custo de Manutenção	(1.075)	(1.075)	(110)	(110)
3.05	Resultado Bruto	10.293	10.293	(7.540)	(7.540)
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(6.793)	(6.793)	(3.111)	(3.111)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(2.503)	(2.503)	(1.692)	(1.692)
3.06.02.01	Gerais e Administrativas	(2.232)	(2.232)	(1.567)	(1.567)
3.06.02.02	Remuneração da Administração	(142)	(142)	(125)	(125)
3.06.02.03	Tributárias	(129)	(129)	0	0
3.06.03	Financeiras	(4.358)	(4.358)	(1.396)	(1.396)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	574	574	49	49
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(4.932)	(4.932)	(1.445)	(1.445)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	68	68	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	(23)	(23)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	3.500	3.500	(10.651)	(10.651)
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	3.500	3.500	(10.651)	(10.651)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02199-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL AUTOPISTA LITORAL SUL S/A	3 - CNPJ 09.313.969/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(738)	(738)	0	0
3.11	IR Diferido	(170)	(170)	74	74
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	2.592	2.592	(10.577)	(10.577)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	51.001	51.001	51.001	51.001
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,05082	0,05082		
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			(0,20739)	(0,20739)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02199-7	AUTOPISTA LITORAL SUL S/A	09.313.969/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	7.257	7.257	(34.994)	(34.994)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	8.593	8.593	1.686	1.686
4.01.01.01	Depreciação e Amortização	2.480	2.480	283	283
4.01.01.02	Amortização de Ágio em Investimentos	0	0	0	0
4.01.01.03	Baixa de Ativo Permanente	325	325	23	23
4.01.01.04	IR & CS Diferido	170	170	(75)	(75)
4.01.01.05	Disp. de Juros, Líquidas de Receitas	5.234	5.234	1.168	1.168
4.01.01.06	Reversão de Receita Diferida	0	0	0	0
4.01.01.07	Const. (rever.) de prov. para Conting.	0	0	0	0
4.01.01.08	Outorga Variável	0	0	0	0
4.01.01.09	Res. Financ. de Ajuste a Valor Presente	384	384	287	287
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(3.928)	(3.928)	(26.103)	(26.103)
4.01.02.01	Contas a Receber	(862)	(862)	(1.015)	(1.015)
4.01.02.02	Estoques	78	78	(544)	(544)
4.01.02.03	Despesas Antecipadas	(1.171)	(1.171)	(1.180)	(1.180)
4.01.02.04	Impostos a Recuperar	173	173	(5)	(5)
4.01.02.05	Fornecedores	(352)	(352)	(19.720)	(19.720)
4.01.02.06	Fornecedores - Sociedades Ligadas	(577)	(577)	(5.814)	(5.814)
4.01.02.07	Obrigações Sociais	254	254	380	380
4.01.02.08	Obrigações Fiscais	148	148	(1.556)	(1.556)
4.01.02.09	Cauções Contratuais	(573)	(573)	2.333	2.333
4.01.02.10	Outros	1.654	1.654	848	848
4.01.02.11	Provisão para Manutenção	1.076	1.076	110	110
4.01.02.12	Juros Pagos	(3.836)	(3.836)	0	0
4.01.02.13	Taxa de Fiscalização	60	60	60	60
4.01.03	Outros	2.592	2.592	(10.577)	(10.577)
4.01.03.01	Lucro (Prejuízos) Líquido	2.592	2.592	(10.577)	(10.577)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02199-7	AUTOPISTA LITORAL SUL S/A	09.313.969/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2010 a 31/03/2010	4 -01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(15.192)	(15.192)	(34.555)	(34.555)
4.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	(330)	(330)	(414)	(414)
4.02.02	Adições ao Intangível	(14.862)	(14.862)	(34.141)	(34.141)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	4.285	4.285	117.778	117.778
4.03.01	Captações	4.336	4.336	100.783	100.783
4.03.02	Captações - Sociedades Ligadas	0	0	0	0
4.03.03	Pagamentos	(51)	(51)	(5)	(5)
4.03.04	Pagamentos - Sociedades Ligadas	0	0	0	0
4.03.05	Pgto Credores pela Concessão	0	0	0	0
4.03.06	Pagamentos de Dividendos	0	0	0	0
4.03.07	Pagamentos de Juros s/ o Capital Próprio	0	0	0	0
4.03.08	Caução Contratual de Empréstimos	0	0	0	0
4.03.09	Aumento de Capital	0	0	17.000	17.000
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(3.650)	(3.650)	48.229	48.229
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27.296	27.296	4.872	4.872
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23.646	23.646	53.101	53.101

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02199-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL AUTOPISTA LITORAL SUL S/A	3 - CNPJ 09.313.969/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	51.001	0	0	0	(10.216)	0	40.785
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	51.001	0	0	0	(10.216)	0	40.785
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	2.262	0	2.262
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	330	0	330
5.12.01	Mudança de Prática Contábil	0	0	0	0	330	0	330
5.13	Saldo Final	51.001	0	0	0	(7.624)	0	43.377

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02199-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL AUTOPISTA LITORAL SUL S/A	3 - CNPJ 09.313.969/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	51.001	0	0	0	(10.216)	0	40.785
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	51.001	0	0	0	(10.216)	0	40.785
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	2.262	0	2.262
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	330	0	330
5.12.01	Mudança de Prática Contábil	0	0	0	0	330	0	330
5.13	Saldo Final	51.001	0	0	0	(7.624)	0	43.377

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade anônima domiciliada no município de Joinville, no Estado de Santa Catarina, Brasil, na Rua Ministro Calógeras, nº 343, foi constituída em assembleia geral realizada em 19 de dezembro de 2007. Sua controladora e “holding” é a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”). Suas atividades compreendem exclusivamente a exploração, sob forma de concessão, de serviço público precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração da Rodovia.

2. CONCESSÃO

A Sociedade possui o Contrato de Concessão e exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes da concessão da rodovia, conforme Contrato de Concessão são:

- a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual a título de verba de fiscalização é de R\$6.424 na data base de concessão. Até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$160.595, conforme determinado no Contrato de Concessão.

A verba de fiscalização é corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- c) Não cabe durante a concessão nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.
- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão.

- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- f) A Sociedade assume integralmente os riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, fato que ocorreu em 29 de março de 2010 com a concessão de Registro de Sociedade de Capital Aberto categoria “B” pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras à ANTT, bem como publicá-las.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa.
- 79,7 km de vias laterais.
- 94,7 km de variantes e contornos.
- Construção de 39 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 8 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro de cada ano com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade estima, na data de 31 de março 2010, os montantes de R\$ 795.088 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$ 649.919 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimento foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional – Serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº 21.2.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Em 31 de março de 2010, a Sociedade mantém registrado o montante de R\$24.780 relativo a gastos pré-operacionais incorridos até 31 de dezembro de 2008, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto as normas internacionais (IFRS) indicam o registro como resultado quando incorrido.

3.2. Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo; determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego; determinação de provisões para manutenção; determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes; provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais; perdas relacionadas a contas a receber; e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais estão descritas abaixo:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pelo ICPC-01 a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível; avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando principalmente os investimentos, em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional.

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - São reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 21.2.

Determinação carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em função da curva de demanda. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e das empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referentes a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida à custo dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível especificado de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009, com a finalidade da transição para as normas do CPC.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das informações trimestrais são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e os outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessária, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 12, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Devido aos ativos terem sido adquiridos substancialmente após 1º de janeiro de 2009 e não terem saldos relevantes a Sociedade optou pela não adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado nem pela utilização da prática do “custo atribuído” (“deemedcost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 do ICPC 10 –“Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43”, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 –“Ativo Imobilizado” e ICPC 10.

Adicionalmente, os efeitos de depreciação decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme regulamentação do ICPC 10, foram revisados para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2010, e não foram identificadas modificações nas estimativas anteriormente determinadas. Consequentemente, não há efeitos registrados para o encerramento das informações trimestrais referentes aos períodos findos em 31 de março de 2010 e de 2009.

4.3. Intangível

A Sociedade reconheceu um ativo intangível resultante do contrato de concessão pelo direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada

para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Por se tratar de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, e sim calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável,

estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e, subseqüentemente, mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda e para contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, conforme nota explicativa nº 11.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme nota explicativa nº 11.

4.8. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança.

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 21.1.

4.9. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período que os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Receita oriunda da cobrança de pedágios ou tarifas decorrente dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto das concessões pelos usuários.

4.10. Ativos e Passivos objeto de Ajuste a Valor Presente

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de março de 2010, 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento são como segue:

- Provisão para investimentos: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Provisão para manutenção: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré estabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontados através da aplicação da taxa de desconto de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações

utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente na data dos balanços está demonstrado abaixo:

Provisão para investimentos:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
<u>Circulante:</u>			
Provisão para obras futuras – nominal	107	50	2.002
Provisão para obras futuras a valor presente	104	49	1.949
Efeito ajuste a valor presente	3	1	53
<u>Não Circulante:</u>			
Provisão para obras futuras – nominal	25.177	25.236	25.286
Provisão para obras futuras a valor presente	22.522	22.306	21.290
Efeito ajuste a valor presente	2.655	2.930	3.996

Provisão para manutenção:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
<u>Não Circulante:</u>			
Provisão para manutenção – nominal	4.612	3.005	-
Provisão para manutenção a valor presente	3.192	2.063	-
Efeito ajuste a valor presente	1.420	942	-

4.11. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.12. Dividendos propostos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na rubrica “Dividendos propostos”, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 24.3.

5. ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

Na preparação das suas informações trimestrais, a Sociedade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas

contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Sociedade aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 4 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Sociedade aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40 e no CPC 37(R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Sociedade efetuou nas duas informações trimestrais os ajustes descritos a seguir.

Exceções obrigatórias e isenções opcionais na adoção dos novos pronunciamentos

Com base no CPC 37 (R1), é permitida, na adoção inicial dos novos pronunciamentos, a aplicação de procedimentos voluntários, caso haja divergências quanto às práticas contábeis anteriormente adotadas; porém, a norma também proíbe o ajuste de determinadas transações retrospectivamente.

O julgamento da Administração quanto às isenções opcionais e obrigatórias na adoção inicial dos novos pronunciamentos é descrito e foi aplicado da seguinte forma:

- a) Mensuração do ativo imobilizado ao valor justo: considerando as características e os valores dos grupos de ativos, contabilizados na rubrica “Ativo imobilizado”, a Sociedade entende que os valores atribuídos a essa classe de ativos correspondem ao valor justo; portanto, não optou por remensurar esses ativos na data de transição, mas optou pela manutenção do custo histórico de aquisição, como permitido anteriormente, em linha com os novos pronunciamentos.
- b) Manutenção do ativo diferido nas informações trimestrais individuais: a manutenção de saldo em conta do ativo diferido, permitido pelo CPC 13 - “Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08”, foi ratificado na versão revisada do CPC 43, aplicável somente para informações trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- c) Transição de contabilização para o Contrato de Concessão: a aplicação foi adotada de forma retrospectiva pela Sociedade.

Considerando a aplicação dos novos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas por parte do CPC, a seguir estão sendo apresentados os efeitos sobre o balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009, demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e informações trimestrais para os períodos findos em 31 de março de 2010 e de 2009:

A adoção dos CPC no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009

	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos Ajustados
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTES			
Total dos ativos circulantes	5.816	-	5.816
NÃO CIRCULANTES			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	380	380
Imobilizado	98.661	(96.879)	1.782
Intangível	151	119.032	119.183
Diferido	35.545	(38)	35.507
Total dos ativos não circulantes	134.357	22.495	156.852
TOTAL DO ATIVO	140.173	22.495	162.668
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTES			
Fornecedores	20.931	-	20.931
Fornecedores - partes relacionadas	9.999	-	9.999
Obrigações sociais	820	-	820
Obrigações fiscais	1.996	-	1.996
Taxa de fiscalização	535	-	535
Cauções contratuais	2.883	-	2.883
Provisão para Investimentos	-	1.949	1.949
Outras contas a pagar	795	-	795
Total dos passivos circulantes	37.959	1.949	39.908
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	55	-	55
Empréstimos de empresas ligadas	68.158	-	68.158
Provisão para Investimentos	-	21.290	21.290
Total dos passivos não circulantes	68.213	21.290	89.503
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	34.001	-	34.001
Prejuízos acumulados	-	(744)	(744)
Total do patrimônio líquido	34.001	(744)	33.257
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	140.173	22.495	162.668

Efeitos na adoção dos CPC no balanço de 31 de março de 2009:

	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTES			
Total dos ativos circulantes	56.832	-	56.832
NÃO CIRCULANTES			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	455	455
Imobilizado	152.432	(150.605)	1.827
Intangível	775	172.794	173.569
Diferido	27.343	(38)	27.305
Total dos ativos não circulantes	180.550	22.606	203.156
TOTAL DO ATIVO	237.382	22.606	259.988
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	100.624	-	100.624
Fornecedores	13.371	-	13.371
Fornecedores - partes relacionadas	2.945	-	2.945
Obrigações sociais	1.200	-	1.200
Obrigações fiscais	1.504	-	1.504
Cauções contratuais	4.268	-	4.268
Taxa de fiscalização	595	-	595
Provisão para Investimentos	-	1.832	1.832
Outras contas a pagar	1.664	-	1.664
Total dos passivos circulantes	126.171	1.832	128.003
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	658	-	658
Empréstimos de empresas ligadas	69.984	-	69.984
Provisão para Manutenção	-	112	112
Provisão para Investimentos	-	21.550	21.550
Total dos passivos não circulantes	70.642	21.662	92.304
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	51.001	-	51.001
Prejuízos acumulados	(10.432)	(888)	(11.320)
Total do patrimônio líquido	40.569	(888)	39.681
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	237.382	22.606	259.988

Efeitos na adoção dos CPC no balanço de 31 de dezembro de 2009

	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos Ajustados</u>
--	--	----------------	-----------------------------

<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTES			
Total dos ativos circulantes	32.911	-	32.911
NÃO CIRCULANTES			
Depósitos judiciais	3	-	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	660	660
Imobilizado	226.230	(225.691)	539
Intangível	2.349	248.197	250.546
Diferido	25.505	(38)	25.467
Total dos ativos não circulantes	254.087	23.128	277.215
TOTAL DO ATIVO	286.998	23.128	310.126
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	2.295	-	2.295
Contas a pagar - partes relacionadas	4.327	-	4.327
Fornecedores	6.316	-	6.316
Fornecedores - partes relacionadas	3.735	-	3.735
Obrigações sociais	1.738	-	1.738
Obrigações fiscais	1.580	-	1.580
Cauções contratuais	3.271	-	3.271
Taxa de fiscalização	583	-	583
Adiantamento de seguros	3.000	-	3.000
Provisão para Investimentos	-	49	49
Outras contas a pagar	584	-	584
Total dos passivos circulantes	27.429	49	27.478
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	150.494	-	150.494
Empréstimos de empresas ligadas	67.000	-	67.000
Provisão para Manutenção	-	2.063	2.063
Provisão para Investimentos	-	22.306	22.306
Total dos passivos não circulantes	217.494	24.369	241.863
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	51.001	-	51.001
Prejuízos acumulados	(8.926)	(1.290)	(10.216)
Total do patrimônio líquido	42.075	(1.290)	40.785
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	286.998	23.128	310.126

Efeitos na adoção dos CPC no balanço de 31 de março de 2010:

	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos ajustados
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTES			
Total dos ativos circulantes	31.099	-	31.099
NÃO CIRCULANTES			
Depósitos judiciais	3	-	3

Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	490	490
Imobilizado	239.313	(238.711)	602
Intangível	2.279	263.116	265.395
Diferido	24.818	(38)	24.780
Total dos ativos não circulantes	266.413	24.857	291.270
TOTAL DO ATIVO	297.512	24.857	322.369
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	153.769	-	153.769
Contas a pagar - partes relacionadas	5.711	-	5.711
Fornecedores	6.795	-	6.795
Fornecedores - partes relacionadas	3.491	-	3.491
Obrigações sociais	1.992	-	1.992
Obrigações fiscais	1.832	-	1.832
Cauções contratuais	3.248	-	3.248
Taxa de fiscalização	643	-	643
Provisão para Investimentos	-	104	104
Outras contas a pagar	5.317	-	5.317
Total dos passivos circulantes	182.798	104	182.902
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	3.376	-	3.376
Empréstimos de empresas ligadas	67.000	-	67.000
Provisão para Manutenção	-	3.192	3.192
Provisão para Investimentos	-	22.522	22.522
Total dos passivos não circulantes	70.376	25.714	96.090
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	51.001	-	51.001
Prejuízos acumulados	(6.664)	(960)	(7.624)
Total do patrimônio líquido	44.337	(960)	43.377
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	297.511	24.858	322.369

Efeitos na adoção dos CPC no patrimônio líquido em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009

	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Patrimônio líquido divulgado pelos critérios contábeis anteriores	42.075	34.001
Ajustes por adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos:		
-Mudança de critério da amortização de investimentos	2.878	-
-Amortização de intangível de obras que não geram potencial de receita adicional	(421)	-
-Provisão para manutenção de rodovias	(2.007)	-
-Despesa financeira decorrente de ajuste a valor presente	(2.292)	(1.119)
-Reversão de Juros Capitalizados	(108)	(5)

-Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado dos ajustes	660	380
Total dos ajustes	<u>(1.290)</u>	<u>(744)</u>
Patrimônio líquido ajustado pela aplicação dos novos CPC	<u>40.785</u>	<u>33.257</u>

Efeitos na adoção dos CPC no patrimônio líquido em 31 de março de 2010 e 31 de março de 2009:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Patrimônio líquido divulgado pelos critérios contábeis anteriores	<u>44.337</u>	<u>40.569</u>
Ajustes por adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos:		
-Mudança de critério da amortização de investimentos	4.935	208
-Amortização de intangível de obras que não geram potencial de receita adicional	(576)	(24)
-Provisão para manutenção de rodovias	(3.082)	(110)
-Despesa financeira decorrente de ajuste a valor presente	(2.619)	(1.404)
-Reversão de Juros Capitalizados	(108)	(12)
-Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado dos ajustes	490	454
Total dos ajustes	<u>(960)</u>	<u>(888)</u>
Patrimônio líquido ajustado pela aplicação dos novos CPC	<u>43.377</u>	<u>39.682</u>

Efeitos na adoção dos CPC no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2009:

	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos Ajustados
RECEITAS			
Receitas de serviços	4.351	-	4.351
Receitas de obras	-	50.631	50.631
	<u>4.351</u>	<u>50.631</u>	<u>54.982</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA	<u>(347)</u>	-	<u>(347)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.004	50.631	54.635
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(11.618)	74	(11.544)
CUSTOS DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO	-	(50.631)	(50.631)
LUCRO BRUTO	(7.614)	74	(7.540)
Gerais e administrativas	(1.567)	-	(1.567)

Remuneração da administração	(125)	-	(125)
Outras receitas operacionais líquidas	(23)	-	(23)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(9.329)	74	(9.255)
Receitas financeiras	49	-	49
Despesas financeiras	(1.152)	(293)	(1.445)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(10.432)	(219)	(10.651)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	-	74	74
PREJUÍZO DO PERÍODO	(10.432)	(145)	(10.577)

Efeitos na adoção dos CPC no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
RECEITAS			
Receitas de serviços	75.398	-	75.398
Receitas de obras	-	125.158	125.158
	75.398	125.158	200.556
DEDUÇÕES DA RECEITA	(6.083)	-	(6.083)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	69.315	125.158	194.473
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(59.220)	450	(58.770)
CUSTOS DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO	-	(125.158)	(125.158)
LUCRO BRUTO	10.095	450	10.545
Gerais e administrativas	(8.172)	-	(8.172)
Despesas tributárias	(157)	-	(157)
Remuneração da administração	(523)	-	(523)
Outras receitas operacionais líquidas	235	-	235
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.478	450	1.928

Receitas financeiras	2.232	-	2.232
Despesas financeiras	(12.636)	(1.276)	(13.912)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(8.926)	(826)	(9.752)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	-	280	280
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(8.926)	(546)	(9.472)

3

Efeitos na adoção dos CPC no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2010:

	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos Ajustados
RECEITAS			
Receitas de serviços	30.738	-	30.738
Receitas de obras	-	15.603	15.603
	30.738	15.603	46.341
DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.550)	-	(2.550)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28.188	15.603	43.791
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(18.722)	827	(17.895)
CUSTOS DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO	-	(15.603)	(15.603)
LUCRO BRUTO	9.466	827	10.293
Gerais e administrativas	(2.232)	-	(2.232)
Despesas tributárias	(129)	-	(129)
Remuneração da administração	(142)	-	(142)
Outras receitas operacionais líquidas	68	-	68
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	7.031	827	7.858
Receitas financeiras	574	-	574
Despesas financeiras	(4.605)	(327)	(4.932)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.000	500	3.500

Imposto de renda e contribuição social – correntes	(738)	-	(738)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	-	(170)	(170)
LUCRO DO PERÍODO	<u>2.262</u>	<u>330</u>	<u>2.592</u>

Efeitos da adoção das CPCs na demonstração dos fluxos de caixa

Em 31.03.2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)

	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Fluxo de caixa das atividades operacionais	<u>(34.994)</u>	-	<u>(34.994)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento	<u>(34.555)</u>	-	<u>(34.555)</u>
Fluxo de caixa das atividade de financiamento	<u>117.778</u>	-	<u>117.778</u>

Em 31.03.2010 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)

	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Fluxo de caixa das atividades operacionais	<u>11.092</u>	<u>(3.835)</u>	<u>7.257</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento	<u>(15.192)</u>	-	<u>(15.192)</u>
Fluxo de caixa das atividade de financiamento	<u>450</u>	<u>3.835</u>	<u>4.285</u>

Notas sobre as reconciliações apresentadas anteriormente

a) ICPC 01 e OCPC05 (equivalente ao IFRIC 12)- Contratos de Concessão:

A partir de 1º de janeiro de 2010 (efeitos de abertura 01 de janeiro de 2009 para fins de comparação) a Sociedade adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC-01 emitida pelo CPC. Esta Interpretação orienta a forma de contabilização de concessões, de serviços públicos a entidades privadas.

As disposições da ICPC-01 foram aplicadas retroativamente, recalculando os efeitos que a adoção teria em 1 de janeiro de 2009 (início do período de mais antigo utilizado para fins comparativos) e atribuído os efeitos aos componentes do patrimônio líquido.

A aplicação retrospectiva foi adotada para o contrato de concessão da Sociedade.

Adicionalmente, o contrato de concessão da Sociedade está classificado no modelo de ativo intangível.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Caixa e bancos	2.223	1.721	3.098
Aplicações financeiras (*)	<u>21.423</u>	<u>25.575</u>	<u>1.774</u>
	<u>23.646</u>	<u>27.296</u>	<u>4.872</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja participação proporcional nas carteiras é a seguinte:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Certificados de Depósito Bancário	2.652	2.607	111
Fundo de Investimento	<u>18.771</u>	<u>22.968</u>	<u>1.663</u>
	<u>21.423</u>	<u>25.575</u>	<u>1.774</u>

7. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receitas acessórias a receber	106	183
Pedágio eletrônico a receber	3.504	3.153
Cartões de pedágio a receber	980	706
Outras	<u>2</u>	<u>47</u>
	<u>4.592</u>	<u>4.089</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis.

O prazo médio de vencimento das contas a receber é de trinta dias.

8. ESTOQUES

Estão representados por:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Defensas	160	235	89
Cercas	37	37	47
Materiais de sinalização	34	34	56
Uniformes e EPIs	29	31	-
Materiais para praças	<u>28</u>	<u>29</u>	<u>187</u>
	<u>288</u>	<u>366</u>	<u>379</u>

9. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Seguros	1.568	257	239
Antecipação verba PRF (Polícia Rodoviária Federal)	-	75	-
Antecipação de Recursos para Desenvolvimento Tecnológico.	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.568</u>	<u>332</u>	<u>239</u>

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	631	806	326
Outros impostos a recuperar	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>633</u>	<u>806</u>	<u>326</u>

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Foram apurados como segue:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.09</u>
Ajustes por mudança de práticas contábeis			
Mudança de critério da amortização de investimentos	4.935	2.878	-
Amortização de intangível de obras futuras	(576)	(421)	-
Provisão para manutenção de rodovias	(3.082)	(2.007)	-
Resultado financeiro de ajuste a valor presente	(2.619)	(2.292)	(1.119)
Estorno de capitalização de juros	<u>(108)</u>	<u>(108)</u>	<u>(5)</u>
	<u>(1.450)</u>	<u>(1.950)</u>	<u>(1.124)</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
(Débito) Crédito constituído	<u>490</u>	<u>660</u>	<u>380</u>

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de (realização) utilização da totalidade dos impostos diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável é como seguem:

<u>Período a findar-se em</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.09</u>
2011	15	20	11
2012	15	20	12
2013	15	21	12
2014	15	22	12
Acima de 2015	<u>430</u>	<u>577</u>	<u>333</u>
	<u>490</u>	<u>660</u>	<u>380</u>

12. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Móveis Utensílios e Instalações	Equipamento Mobiliário	Prédios e Benfeitorias	Computadores e Periféricos	Veículos	Imobilizado em Andamento	Total
Custo do imobilizado:							
Saldo em 01.01.2009	240	156	111	319	13	999	1.838
Adições	52	28	178	133	30	37	458
Transferências	(178)	52	-	(316)	-	(1.035)	(1.477)
Alienações.baixas	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Saldo em 31.12.2009	<u>114</u>	<u>234</u>	<u>289</u>	<u>136</u>	<u>43</u>	<u>1</u>	<u>817</u>
Adições	9	11	-	66	-	-	86
Transferências	-	126	-	(34)	-	-	92
Alienações.baixas	-	(1)	-	(1)	-	-	(2)
Saldo em 31.03.2010	<u>123</u>	<u>370</u>	<u>289</u>	<u>167</u>	<u>43</u>	<u>1</u>	<u>993</u>
Depreciação acumulada:							
Saldo em 01.01.2009	(11)	(7)	(5)	(33)	-	-	(56)
Depreciação	(31)	(28)	(22)	(77)	(8)	-	(166)
Transferências	-	(56)	-	-	-	-	(56)
Alienações.baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2009	<u>(42)</u>	<u>(91)</u>	<u>(27)</u>	<u>(110)</u>	<u>(8)</u>	<u>-</u>	<u>(278)</u>
Depreciação	(10)	(11)	(7)	(24)	(2)	-	(54)
Transferências	-	(59)	-	-	-	-	(59)
Alienações.baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2010	<u>(52)</u>	<u>(161)</u>	<u>(34)</u>	<u>(134)</u>	<u>(10)</u>	<u>-</u>	<u>(391)</u>
Imobilizado Líquido:							
Saldo em 01.01.2009	229	150	106	286	13	999	1.782
Saldo em 31.12.2009	<u>72</u>	<u>143</u>	<u>262</u>	<u>26</u>	<u>35</u>	<u>1</u>	<u>539</u>
Saldo em 31.03.2010	<u>71</u>	<u>209</u>	<u>255</u>	<u>33</u>	<u>33</u>	<u>1</u>	<u>602</u>
Taxade depreciação - %	10	<u>10</u>	10	<u>20</u>	<u>20</u>		

13. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Licenças de software(b)	Intangível em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo do intangível:					
Saldo em 01.01.2009	23.179	170	95.572	317	119.238
Adições	14.745	1.262	110.058	(267)	125.798
Transferências	187.143	1.260	(178.871)	-	9.532
Alienações.baixas	(380)	-	(84)	-	(464)
Saldo em 31.12.2009	<u>224.687</u>	<u>2.692</u>	<u>26.675</u>	<u>50</u>	<u>254.104</u>
Adições	6.281	69	10.029	65	16.444
Transferências	10	179	(97)	-	92
Alienações.baixas	(7)	-	-	-	(7)
Saldo em 31.03.2010	<u>230.971</u>	<u>2.940</u>	<u>36.607</u>	<u>115</u>	<u>270.632</u>
Amortização acumulada:					
Saldo em 01.01.2009	(36)	(19)	-	-	(55)
Amortização	(3.232)	(325)	-	-	(3.557)
Transferências	56	-	-	-	56
Alienações.baixas	(2)	-	-	-	(2)
Saldo em 31.12.2009	<u>(3.214)</u>	<u>(344)</u>	=	=	<u>(3.558)</u>
Amortização	(1.602)	(137)	-	-	(1.739)
Transferências	-	59	-	-	59
Alienações.baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2010	<u>(4.816)</u>	<u>(422)</u>	=	=	<u>(5.237)</u>
Intangível líquido:					
Saldo em 01.01.2009	<u>23.143</u>	<u>151</u>	<u>95.572</u>	<u>317</u>	<u>119.184</u>
Saldo em 31.12.2009	<u>221.473</u>	<u>2.348</u>	<u>26.675</u>	<u>50</u>	<u>250.546</u>
Saldo em 31.03.2010	<u>226.155</u>	<u>2.518</u>	<u>36.607</u>	<u>115</u>	<u>265.395</u>

(a) Amortização linear de 20% ao ano.

(b) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obrasdearte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros. Sendo amortizadas com base na curva do tráfego projetado.

14. DIFERIDO

Estão representados por:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Gastos pré-operacionais:			
Pessoal/administradores	4.343	4.343	4.343

Consumo	3.598	3.598	3.598
Custos contratuais da concessão	7.306	7.306	7.306
Depreciações e amortizações	16	16	16
Conservação da rodovia	10.169	10.169	18.225
Serviços de terceiros	1.182	1.182	1.182
Tributários	1.418	1.418	1.418
Resultados financeiros	(1.327)	(1.327)	(1.327)
Outros Gastos	<u>746</u>	<u>746</u>	<u>746</u>
Subtotal	27.451	27.451	35.507
Amortização Acumulada	<u>(2.671)</u>	<u>(1.984)</u>	<u>-</u>
	<u>24.780</u>	<u>25.467</u>	<u>35.507</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos Contratos de Concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

Encargos Anuais 31.03.2010 31.12.2009 01.01.2009

Passivo Circulante

	<u>Encargos Anuais</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) Votorantin (a)	TJLP + 2,6% a.a.	202	202	-
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) Santander (a)	TJLP + 6% a.a.	2.537	1.877	-
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,8% a 3,58% a.a.	<u>151.030</u>	<u>216</u>	=
		<u>153.769</u>	<u>2.295</u>	=
Passivo não circulante				
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,6% a.a.	502	552	55
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) Santander (a)	TJLP + 6% a.a.	2.874	3.538	-
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,8% a 3,58% a.a.	-	<u>146.404</u>	-
		<u>3.376</u>	<u>150.494</u>	<u>55</u>

(a) Refere-se a contratos para a compra de grupos de geradores, caixas d' água, sistema de controle de tráfego e quadros de distribuição de força e luz. Como garantia desses empréstimos e financiamentos está a alienação fiduciária dos bens e aval através de nota promissória em montante equivalente a 130% do valor principal de cada contrato.

(b) Refere-se a contrato de abertura de crédito firmado com o BNDES para a execução de serviços iniciais, de recuperação, conservação, monitoramento contínuo, manutenção, melhoramentos, ampliação e operação das rodovias, além de aquisição de equipamentos e materiais e instalações destes e está garantido por aval dos acionistas e cartas fianças bancárias contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha.

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES estão sujeitos a certas cláusulas restritivas que devem ser seguidas afim de evitar antecipação do seu vencimento. Essas cláusulas são como segue:

Da Sociedade

- Manter situação regular com suas obrigações com órgãos do meio ambiente.
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores.
- Não constituir garantia real em virtude de determinação legal nem garantia em juízo, sem comunicar previamente e formalmente ao BNDES.
- Não constatar situação de inadimplemento de nenhuma obrigação da Sociedade ou de sua Controladora.
- Não alterar o controle efetivo da Sociedade após a contratação da operação sem prévia e expressa autorização do BNDES.

- Em caso de redução de quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

Do acionista

- Não incluir a Sociedade em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem em restrições à capacidade de crescimento e ao acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- Não submeter à oneração, ações de sua propriedade e da Sociedade nem à venda, aquisição, incorporação, fusão e cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES.
- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio, cujo valor supere o percentual estabelecido por lei.
- Não promover atos nem medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade.
- Tomar as providências necessárias para garantir o atendimento à finalidade da operação do empréstimo.
- Manter a razão entre a dívida líquida (dívida bruta - caixa e equivalentes de caixa) e o EBITDA (lucro antes dos impostos, depreciação, amortização e juros) inferior ou igual a 5 (cinco) vezes durante o cumprimento do contrato de financiamento, e a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total maior ou igual a 20%.
- Apresentar ao BNDES o balanço trimestral revisado por empresa de auditores independentes registrados na CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas nas datas das informações trimestrais.

A Sociedade está concluindo com o BNDES a estruturação de financiamento de longo prazo, com o objetivo de liquidar os empréstimos que vencem no curto prazo.

O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

16. FORNECEDORES

Em 31 de março de 2010, o saldo de R\$6.795 (R\$6.316 em 31 de dezembro de 2009 e R\$20.931 em 1º de janeiro de 2009) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01/2009</u>
Encargos sociais e trabalhistas	272	290	199
Provisão para férias	540	576	233
Provisão para 13º salário	98	-	-
Provisão para encargos sociais e trabalhistas	241	200	89
Provisão para participação nos resultados	<u>841</u>	<u>672</u>	<u>299</u>
	<u>1.992</u>	<u>1.738</u>	<u>820</u>

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Imposto de renda	163	-	-
Contribuição social	61	-	-
IRRF	138	143	250
PIS	68	68	-
COFINS	314	314	-
Tributos federais retidos	413	427	1.083
Tributos municipais retidos	<u>675</u>	<u>628</u>	<u>663</u>
	<u>1.832</u>	<u>1.580</u>	<u>1.996</u>

19. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade. Os saldos em 31 de março de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009 estavam representados respectivamente por R\$3.248, R\$3.271 e R\$2.883.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Ativo circulante:			
Contas a receber sociedades ligadas			
Auto Pista FernãoDias S.A. (b)	358	-	-
Passivo circulante:			
Fornecedores partes relacionadas			
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (c)	1.411	1.407	1.439
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	457	441	442
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	1.390	1.482	8.115
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	233	405	-
Centrovias Sistema Rodoviário S.A. (b)	-	-	<u>3</u>

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
	<u>3.491</u>	<u>3.735</u>	<u>9.999</u>
Transações com partes relacionadas			
Mútuos – Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	<u>5.711</u>	<u>4.327</u>	=
Passivo Não Circulante:			
Mútuos – Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (b)	<u>67.000</u>	<u>67.000</u>	<u>68.158</u>

- (a) Refere-se a mútuos obtidos para o financiamento das operações da Sociedade e dos gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativos e quantitativos para a participação da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”) no processo de licitação da concessão e das notas de débitos relacionadas às despesas advocatícias, entre outras similares. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. O saldo é composto como segue:

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Saldo devedor</u>		
				<u>31.03.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
04/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	4.000	4.341	4.258	4.158
17/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	5.000	5.426	5.323	5.176
29/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	2.000	2.171	2.129	2.065
06/10/2008	Abril de 2012	CDI + 1,037% a.a.	8.000	8.682	8.517	8.232
27/10/2008	Abril de 2012	CDI + 1,037% a.a.	6.000	6.512	6.388	6.131
05/11/2008	Mai de 2012	CDI + 1,037% a.a.	10.000	10.852	10.646	10.185
28/11/2008	Mai de 2012	CDI + 1,037% a.a.	10.000	10.852	10.646	10.107
05/12/2008	Junho de 2012	CDI + 1,037% a.a.	5.000	5.426	5.323	5.042
19/12/2008	Junho de 2012	CDI + 1,037% a.a.	<u>17.000</u>	<u>18.449</u>	<u>18.098</u>	<u>17.062</u>
			<u>67.000</u>	<u>72.711</u>	<u>71.327</u>	<u>68.158</u>

Os juros vencem anualmente no mês de dezembro, contados a partir de dezembro de 2011. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, os juros incorridos serão recebidos na mesma data do principal.

- (b) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”).
- (c) As demais operações com a OHL referem-se a valores a pagar relativos a gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da OHL em leilão da concessão e das notas de débito de despesas advocatícias entre outras similares.

No decorrer dos trimestres findos em 31 de março de 2010 e de 2009, a Sociedade pagou os montantes de R\$142 e R\$125, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos Lucros e Resultados - PLR a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no fim do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para PLR, registrados em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009, são de R\$841 e R\$672, respectivamente. As metas são como segue:

(i) Dos participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados ou ex-empregados que foram demitidos no período de abrangência desse plano.

Participam os ex-empregados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

(ii) Definição dos valores

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas, o tempo real trabalhado no período, o absenteísmo, as advertências e as suspensões.

21. PROVISÕES

21.1. Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade é parte envolvida em processos judiciais em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída riscos cíveis, trabalhistas e fiscais. Tais processos totalizam os montantes de R\$90 e R\$80, respectivamente em 31 de março de 2010 e em 31 de dezembro de 2009.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

21.2. Provisão para manutenção e investimentos em rodovias

As contabilizações para manutenção e investimentos nas rodovias são calculadas, respectivamente com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo que para a provisão de investimentos considerados valores até o final da concessão e a manutenção considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos nas notas explicativas nº3.4 e 5.

A movimentação do saldo das provisões para a manutenção e investimentos durante o trimestre findo em 31 de março de 2010, e dos exercícios de 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante	
	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldo em 01.01.2009	1.949	-	21.290
Adições	4	2.063	1.216
Utilizações	(2.104)		
Transferências	(200)	=	(200)
Saldo em 31.12.2009	49	2.063	22.306
Adições	-	1.129	274
Utilizações	(3)	-	-
Transferências	<u>58</u>	=	<u>(58)</u>
Saldo em 31.03.2010	104	3.192	22.522

22. TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Os saldos de R\$643, R\$583 e R\$535, nas datas de 31 de março de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009, referem-se às despesas com taxa de fiscalização a ser recolhida à ANTT, com o objetivo de cobrir a fiscalização da concessão (vide nota explicativa nº 2). O valor anual, dividido em 12 parcelas iguais e mensais, e sua correção será pelo mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

23. ADIANTAMENTO DE SEGUROS

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2009, a Sociedade recebeu adiantamentos no montante de R\$3.000, relativos à indenização do Itaú Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais da rodovia.

Os procedimentos estabelecidos para os casos de danos patrimoniais, ou seja, aqueles que afetam diretamente a rodovia, como queda de taludes, danos à ponte ou ao viaduto, determinam a comunicação formal do evento à seguradora. Tal comunicação ensejará a elaboração de um projeto para recuperação do local atingido, elaboração de orçamento e cronograma físico-financeiro, documentos fundamentais para determinação do valor final a ser indenizado pela seguradora. Na hipótese de se concluir, ao fim da regulação do sinistro, que o montante indenizado não é devido ou é superior ao devido, a Sociedade tem o compromisso de efetuar a imediata devolução da importância indevida.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. O capital social em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 é de R\$51.001e está representado por 51.001.000 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	51.000.997	99,99999
Conselho de Administração	<u>3</u>	<u>0,00001</u>
	<u>51.001.000</u>	<u>100,00000</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Sociedade realizou os seguintes aumentos de capital nas seguintes datas:

	<u>R\$</u>
27 de fevereiro de 2009	15.000
19 de março de 2009	<u>2.000</u>
	<u>17.000</u>

24.2. Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

24.3. Dividendos Propostos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

25. RECEITA

Está representado por:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Receita de serviços prestados	30.668	4.351
Receita de serviços de construção	15.603	50.631
Receita acessória	<u>70</u>	<u>-</u>
	<u>46.341</u>	<u>54.982</u>

A seguir está demonstrada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações do resultado do exercício:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Receita bruta	46.341	54.982
Abatimentos sobre receitas de pedágios	-	-
ISSQN	(1.422)	(188)
PIS	(201)	(28)
Cofins	<u>(927)</u>	<u>(131)</u>
Receita líquida	<u>43.791</u>	<u>54.635</u>

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representado por:

<u>Custos dos serviços</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Custos de construção	(15.603)	(50.631)
Com Pessoal	(1.888)	(1.402)
Serviços de terceiros	(6.072)	(4.078)
Depreciação / Amortização	(2.306)	(205)
Provisão para manutenção em rodovia	(1.076)	(110)
Conservação	(2.362)	(1.585)
Taxa de Fiscalização	(1.809)	(1.665)
Outros custos	<u>(2.382)</u>	<u>(2.499)</u>
	<u>(33.498)</u>	<u>(62.175)</u>

<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Com Pessoal	(932)	(605)
Serviços de terceiros	(459)	(255)
Depreciação / Amortização	(174)	(78)
Alugueis imóveis	(70)	(67)
Consumo	(436)	(422)
Outras despesas	<u>(161)</u>	<u>(140)</u>
	<u>(2.232)</u>	<u>(1.567)</u>

27. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Receitas financeiras:		

Aplicações financeiras	<u>574</u>	<u>49</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros – juros e variação monetária	(4.408)	(961)
Encargos financeiros – reversão de ajustes a valor presente	(327)	(286)
Outras despesas	<u>(197)</u>	<u>(198)</u>
	<u>(4.932)</u>	<u>(1.445)</u>

28. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2010 e de 2009 é como segue:

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	3.500	(10.651)
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de (despesa) crédito de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(1.190)	3.621
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Efeito da compensação de prejuízo fiscal	324	-
Efeitos de adições e exclusões	<u>(42)</u>	<u>-</u>
Crédito sobre prejuízo fiscal sobre os quais não houve reconhecimento de efeitos diferidos de IR e CSLL	<u>-</u>	<u>(3.547)</u>
(Despesa) crédito contabilizado	<u>(908)</u>	<u>(74)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social compostas por:		
Correntes	(738)	-
Diferidos	(170)	74

29. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

29.1. Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 6.

29.2. Informações suplementares

	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2009</u>
Atividades de investimentos não relacionadas em caixa		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e itens e do intangível registrado em obrigações nas contas fornecedores, partes relacionadas, obrigações fiscais e cauções contratuais.	8.564	16.620

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1. Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2010 e de 2009, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

30.2. Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos aos saldos de empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2010, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	10,16%	12,70%	15,24%
TJLP	6%	7,5%	9%
Juros a incorrer (*)	21,347	25.001	28.646

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos doze meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

30.3. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2010, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$3.504 (R\$3.153 em 31 de dezembro de 2009), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

30.4. Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
	<u>Média Ponderada</u> <u>% a.a.</u>				
Finame – Juros		458	262	40	2
Finame - Principal	8,60	<u>1.921</u>	<u>2.855</u>	<u>1.087</u>	<u>148</u>
		<u>2.379</u>	<u>3.117</u>	<u>1.127</u>	<u>150</u>
BNDES Empréstimo Ponte – Juros		11.753	8.125	-	-
BNDES Empréstimo Ponte – Principal	9,43	-	<u>150.734</u>	-	-
		<u>11.753</u>	<u>158.859</u>	-	-

30.5. Valor justo de instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de março de 2010 e de 2009 representam o valor justo ou custo amortizado para os empréstimos e financiamentos, uma vez que a natureza e característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente.

31. BENEFÍCIOS

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

32. GARANTIAS E SEGUROS

A concessionária, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de melhoramento e recuperação da rodovia e das funções operacionais, de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da taxa de fiscalização. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de março de 2010, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de Indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/Perda de Receita	165.000
	Responsabilidade Civil	25.100
	Risco de Engenharia	11.766
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	84.100

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2011.

Joinville, de 23 de abril de 2010 – Autopista Litoral Sul S/A, empresa do Grupo OHL, comenta seu resultado do primeiro trimestre de 2010 (1T10), período encerrado em 31 de março de 2010. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado: No 1T10 o tráfego pedagiado foi de 27,48 milhões de veículos equivalentes. Em relação ao 1T09 houve aumento do tráfego equivalente em 594,8%, esse aumento foi em função de que o início de operação da Companhia ocorreu apenas no final do mês de fevereiro de 2009 já no 1T10 a arrecadação foi efetuada de maneira integral.

Receita Operacional Líquida: A Receita Operacional Líquida excluindo o valor da Receita de Obras no 1T10 a Litoral Sul apresentou uma variação de 604,8% essa variação deve-se pelo mesmo motivo do item acima.

A receita de obras é registrado em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, conforme comentado nas notas explicativas, tem como contrapartida o custo dos serviços de construção de obras no mesmo valor, não impactando o resultado da companhia.

Custos e Despesas: Os Custos e Despesas excluindo os custos de serviços de construção tiveram uma variação de 37,6% passando de R\$12,9 milhões em 1T09 para R\$17,8 milhões em 1T10, devido ao aumento dos custos operacionais por termos todas as praças operando integralmente em 2010.

O custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, conforme comentado nas notas explicativas, tem como contrapartida receita de obras no mesmo valor, não impactando o resultado da Companhia.

EBITDA e EBITDA Ajustado: O EBITDA da Companhia passou de R\$8,9 milhões negativos em 1T09 para R\$10,3 milhões positivos em 1T10, essa variação positiva deve-se pelo início pelo mesmo motivo dos itens acima. O EBITDA sofreu impacto negativo devido aos ajustes decorrentes da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, para representar melhor foi demonstrado os ajustes efetuados no quadro EBITDA Ajustado onde foram excluídos os valores responsáveis por essa redução, esses ajustes não influenciaram o fluxo de caixa da Companhia.

Resultado Financeiro As despesas financeiras tiveram uma variação a maior 212,1% em relação ao 1T09, devido principalmente a redução do valor capitalizado dos juros para o imobilizado

Lucro Líquido: A Companhia obteve um lucro de R\$ 2,59 milhões, influenciado, principalmente, por ter todas as suas praças arrecadando integralmente durante 1T10. No mesmo período do ano anterior a empresa apresentou um resultado negativo de R\$ 10,57 milhões, prejuízo esse devido a contabilização de todos os custos e despesas, sendo operacionais ou pré-operacionais, no resultado da concessionária (de acordo com a MP-449/08).

Endividamento: A Autopista Litoral Sul encerrou o 1T10 com um endividamento total de R\$157,5 milhões contra R\$101,8 milhões em 1T09 e um endividamento líquido em 1T10 de R\$ 136,4 milhões contra R\$ 101,8 milhões do mesmo período do ano anterior. Essa variação deve-se pela assinatura do contrato de financiamento do Ponte junto ao BNDES

Investimentos: Foram investidos em 1T10 R\$ 15,2 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão, destacando-se principalmente as obra de

recuperação dos sinistros decorrentes de chuvas, início das obras da marginal de Camboriú e execução da obra da marginal de Itapema.

Dividendos: Não houve dividendos pagos no período.

Veículos Equivalentes	1T10	4T09	1T09	Var% 1T10/4T09	Var% 1T10/1T09
Autopista Litoral Sul	26.133.559	26.330.909	3.955.455	-0,7%	560,7%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)					
	1T10	4T09	1T09	Var% 1T10/4T09	Var% 1T10/1T09
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	46.341	50.669	54.982	-8,5%	-15,7%
Receitas de pedágio	30.667	28.498	4.351	7,6%	604,8%
Receitas de obras	15.603	21.539	50.631	-27,6%	-69,2%
Receitas acessórias	71	632	-	-88,8%	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.550)	(2.352)	(347)	8,4%	634,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	43.791	48.317	54.635	-9,4%	-19,8%
CUSTOS E DESPESAS	(33.454)	(37.709)	(63.608)	-11,3%	-47,4%
Custo dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(15.589)	(13.883)	(11.317)	12,3%	37,7%
Custo dos serv. de construção	(15.603)	(21.539)	(50.631)	-27,6%	-69,2%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(2.058)	(2.269)	(1.512)	-9,3%	36,1%
Despesas tributárias	(129)	2	-	-6550,0%	-
Remuneração da administração	(142)	(136)	(125)	4,4%	13,6%
Outras receitas operacionais líquidas	67	116	(23)	-42,2%	-391,3%
EBITDA	10.337	10.608	(8.973)	-2,6%	-215,2%
DEPRECIações, AMORTIZAções E PROVISões	(2.480)	(2.401)	(282)	3,3%	779,4%
Depreciação de imobilizado	(90)	(125)	(52)	-28,0%	73,1%
Amortização do intangível	(1.703)	(1.589)	(84)	7,2%	1927,4%
Amortização do diferido	(687)	(687)	(146)	0,0%	370,5%
RESULTADO FINANCEIRO	(4.357)	(4.142)	(1.396)	5,2%	212,1%
Receitas financeiras	574	703	49	-18,3%	1071,4%
Despesas financeiras	(4.931)	(4.845)	(1.445)	1,8%	241,2%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	3.500	4.065	(10.651)	-13,9%	-132,9%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(908)	(40)	74	2170,0%	-1327,0%
Corrente	(738)	-	-	-	-
Diferido	(170)	(40)	74	325,0%	-329,7%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.592	4.025	(10.577)	-35,6%	-124,5%
EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)					
	1T10	4T09	1T09	Var% 1T10/4T09	Var% 1T10/1T09
EBITDA	10.337	10.608	(8.973)	-2,6%	-215,2%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	1.075	795	110	35,2%	877,3%
EBITDA Ajustado ¹	11.412	11.403	(8.863)	0,1%	-228,8%

A Autopista Litoral Sul S.A. é uma empresa controlada pela OHL Brasil S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.ohlbrasil.com.br](http://www.ohlbrasil.com.br) e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).



Autopista Litoral Sul

Grupo OHL

QUEM SOMOS

A concessão Autopista Litoral Sul foi outorgada em fevereiro de 2008, tendo como objeto a exploração do Lote 7 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais.

O prazo da concessão é de 25 anos, encerrando-se em fevereiro de 2033. Esta concessão administra 382,3 Km, contendo 5 praças de pedágios bidirecionais, por onde estimamos (dados de proposta) que tráfegarão aproximadamente 365.000 veículos-equivalentes por dia.

A concessionária Autopista Litoral Sul, que tem sua sede na cidade de Joinville-SC, engloba 23 municípios em sua malha viária, indo de Curitiba, capital paranaense até Florianópolis/SC. Vivem próximo a essa malha rodoviária, cerca de 3,7 milhões de habitantes.

A Autopista Litoral Sul, uma das nove concessionárias da OHL Brasil, é a responsável, desde 2008, pelos 382,3 quilômetros do trecho conhecido como Corredor do Mercosul, que compreende o Contorno Leste de Curitiba (BR-116), a BR-376 e a BR-101 e o Contorno de Florianópolis (que ainda será construído), fazendo a ligação da capital paranaense ao município de Palhoça, no estado de Santa Catarina. A concessão para administrar e conservar o trecho por 25 anos foi obtida em leilão realizado em 9 de outubro de 2007, no qual a proposta do grupo OHL Brasil foi a vencedora. O contrato foi assinado em 14 de fevereiro de 2008 e prevê investimentos de R\$ 3,1 bilhões durante sua vigência de 25 anos, incluindo a operação das rodovias.

O trecho administrado

O trecho da Autopista Litoral Sul liga Curitiba (PR) a Palhoça (SC) pelas BRs 376 e 101, além de incluir o Contorno Leste de Curitiba (BR-116). Todo esse trajeto corta os municípios de Quatro Barras, Piraquara, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Guaratuba, no estado do Paraná, e Garuva, Joinville, Araquari, Barra Velha, Piçarras,

Penha, Navegantes, Itajaí, Balneário Camboriu, Itapema, Porto Belo, Tijucas, Governador Celso Ramos, Biguaçu e São José, no estado de Santa Catarina.

O trecho tem 382,3 quilômetros de extensão, sendo todo ele duplicado desde o início da década de 1990. Por ser a principal ligação entre São Paulo, Curitiba e todo o litoral de Santa Catarina, o trecho acabou sendo um importante instrumento para o desenvolvimento industrial e turístico da região, passando a ser conhecido como Corredor do Mercosul.

Operação da Rodovia

Desde 15 de agosto de 2008, os usuários das rodovias que compõem o trecho têm à disposição os serviços de atendimento ao usuário: atendimento médico pré-hospitalar, socorro mecânico, resgate de animais na pista, viaturas para combate a incêndio, inspeção de tráfego constante e telefone 0800 para solicitar atendimento e informações: tudo operando 24 horas.

São, ao todo, 12 ambulâncias (oito de suporte básico em operação e quatro de suporte avançado em operação), oito guinchos leves, três guinchos pesados, dois caminhões para combate a incêndio, dois carros para apreensão de animais, nove viaturas para inspeção de tráfego, duas carretas para produtos perigosos e duas carretas de apoio operacional. Para solicitar atendimento, tirar dúvidas sobre a concessão da rodovia ou fazer reclamações e sugestões para a concessionária, os usuários da Autopista Litoral Sul podem ligar para 0800 725 1771.

Localização das Praças de Pedágio

-km 635+200 – BR 376 – São José dos Pinhais - PR

- km 001+300 – BR 101 – Garuva – SC

- km 079+650 – BR 101 – Araquari – SC

- km 157+400 – BR 101 – Porto Belo – SC

- km 222+000 – BR 101 – Palhoça - SC

Mapa da Concessão



Aos Acionistas e Administradores da

Autopista Litoral Sul S.A.

Joinville - SC

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR's da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC e, consistiu principalmente de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Sociedade, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e nas operações da Sociedade.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Autopista Litoral Sul S.A., essas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", somente pela opção da manutenção do saldo do ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.
5. Durante o ano de 2009 foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência prevista a partir de 1º de janeiro 2010, os quais alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Sociedade optou por rerepresentar suas Informações Trimestrais - ITR's em 31 de dezembro de 2010 e os efeitos produzidos nas demonstrações financeiras estão apresentados conforme mencionado na nota explicativa nº 5.

Curitiba, 23 de março de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº. 2 SP 011609/O-8

Walter Dalsasso

Contador

CRC nº 1 SP 077516/O-9 "S" SC

Reapresentação referente a ajustes não significativos nas notas explicativas.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02199-7	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL AUTOPISTA LITORAL SUL S/A	3 - CNPJ 09.313.969/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	11
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	12
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	13
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	51
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	53
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	56
23	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	57